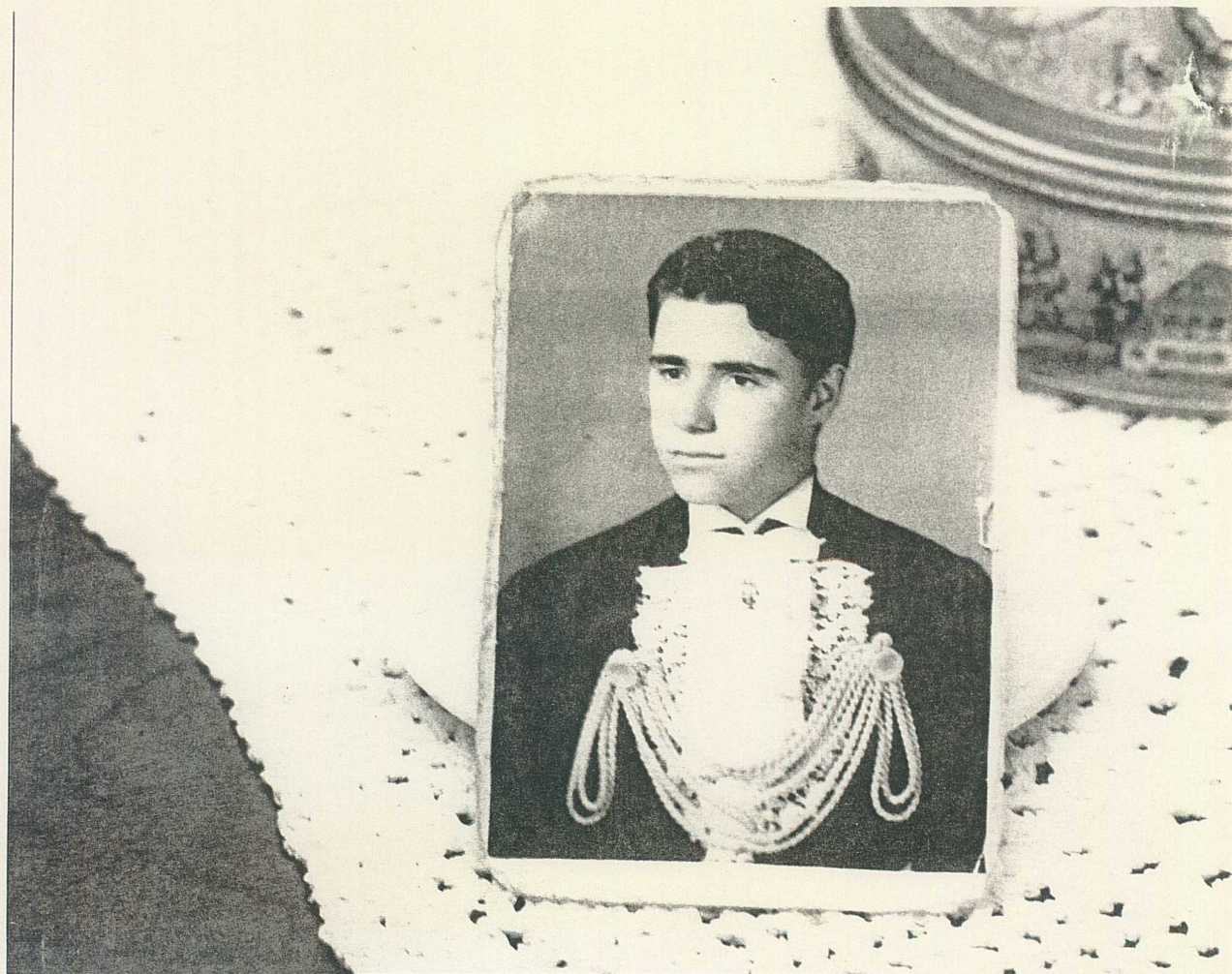


data é Senhor 10/10/90

422

100.41.42.43.44.45.46.47.48.49.50.51.52



ISTO É
SENHOR

SOCIEDADE

O tenente enterrado

O corpo de Aylton Mortati, que trocou o Exército pela guerrilha, está em Perus

ANTONIO CARLOS PRADO E BEATRIZ FRAGELLI

Ao pé da certidão de nascimento de Aylton Adalberto Mortati, nascido na cidade paulista de Catanduva no dia 19 de janeiro de 1946, existe um registro de nove linhas acrescentado 35 anos depois – trata-se de uma averbação para explicar que no documento pelo qual se comprova o nascimento presume-se também a morte. A morte presumida do filho, que significa morte da qual não se tem certeza, foi o limite máximo a que pôde chegar na Justiça brasileira a mãe de Mortati, Carmen Sobrinho Martins. Entre as cerca de 1.500 ossadas encontradas

numa vala do cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo, no dia 4 de setembro, está a certeza, não mais somente a presunção, da morte de Mortati, estudante de Direito da Universidade Mackenzie, tenente do Exército – ocorrida em São Paulo em 1971, dez anos antes da averbação e 19 anos antes que uma vala do cemitério de Perus comprovasse que a figura do desaparecido político criada no País pelo regime militar que se instaurou com o golpe de 1964 significasse, na verdade, adversário político morto. Mortati era integrante da

organização Movimento de Libertação Popular, o Molipo, uma dissidência da Ação Libertadora Nacional, a ALN. “Entre as ossadas encontradas em Perus está a de Mortati”, diz o vice-prefeito de São Paulo e deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado da família de Mortati e um dos principais defensores de familiares de desaparecidos políticos no País.

O cemitério de Perus começa, assim, a trazer para o mundo dos vivos a certeza da morte de pessoas que eram mortas presumidas ou desaparecidas políticas, como é o

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CATANDUVA (SEDE)

ESTADO DE SÃO PAULO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E ANEXOS

EDIFÍCIO DO FORUM - CATANDUVA - SP

Dra. Maria Helena ~~Sobrinho~~ Ribeiro

ESCRIVÃO

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO e dou fé, que no Livro A- 39, de fls. 265, sob n.º 17.559, no dia 19 de janeiro de 1946,

foi feito o registro de nascimento de AYLTON ADALBERTO MORTATI,

do sexo masculino, nascido no dia treze de janeiro de mil novecentos e quarenta e seis, natural de esta cidade,

filho de Umberto Mortati e Carmem Sobrinho Mortati.-

São avós paternos: Daniel Mortati e Ana Marchi.

e maternos: Perfeito Sobrinho e Maria Mundicelli.-

Foi declarante: o pai do registrado.

Observações: A margem direita do termo consta o seguinte: Averbação: Em cumprimento ao r. Mandado de averbação de ausência que fica arquivado, datado de 09 de junho deste ano, do Dr. Francisco Roberto Alves Bevilacqua, MM. Juiz de Direito da Segunda Vara da Família e Sucessões da Capital deste Estado, proferida em 14 de março deste ano, pelo MM. Juízo supra mencionado, que transitou em julgado, foi declarada a ausência do registrado: Aylton Adalberto Mortati, Catanduva, 06 de julho de 1981. O oficial maior (a) Carlos Mauricio Bernucci. Catanduva, 06 de julho de 1981 -

NASCIMENTO E MORTE

Aylton Mortati, do Molipo, morto em 1971, na única fotografia que a polícia não conseguiu encontrar na revista que fez em sua casa. Ao pé da certidão de nascimento, um adendo inédito no País: um registro de morte presumida. O juiz abriu a exceção com base no fato de os órgãos de repressão deixarem de interrogar os companheiros presos de Mortati sobre seu paradeiro, o que o levava a crer em sua morte

caso de Mortati. Revela também outros fatos. Exemplo: o documento da Secretaria da Segurança Pública, dependência da Delegacia Especializada de Ordem Política, encaminhado ao então diretor do Departamento de Ordem Política e Social, o Dops, Benedito Nunes Dias, em 69. É o documento assinado pelo então delegado adjunto de Ordem Política, Alcides Cintra Bueno Filho. Trata o documento do "expediente das despesas referentes ao sepultamento da investigadora de polícia, d. Stela Borges Morato, classificada no Serviço Secreto desse

Aylton, a partir dessa data, não mais foi visto, nem compareceu aos pontos-de-encontro, supondo-se que também tivesse morrido, tanto que, sintomaticamente, não se interrogavam seus companheiros sobre seu paradeiro (v. fls. 521/3).

2. Assim sendo, havendo elementos indiciários bastantes para a presunção de morte do desaparecido,

São Paulo, 14 de março de 1981.

Francisco Roberto A. Bevilacqua

Juiz de Direito

rtação Po- da Ação "Entre as está a de o Paulo e eenhaigh, e um dos de desa- assim, a rteza da presumi- mo é o

SOCIEDADE

Departamento e tombada heroicamente no cumprimento do dever à noite do dia 6 do corrente mês (novembro), em decorrência dos ferimentos recebidos no dia 4 do mesmo mês, quando participava de diligência policial à Alameda Casa Branca, com o objetivo de efetuar a prisão do líder terrorista Carlos Marighella". A seguir, há agradecimentos às autoridades "que colaboraram... para facilitar os funerais...".

O documento agradece, entre outras autoridades, ao "dr. Paulo Salim Maluf, DD. Prefeito Municipal, por ter doado à Família a Quadra 19 - Terreno 17 do Cemitério Campo Grande em Santo Amaro, bem como isentando de todas as taxas funerárias de inumação...". Segue agradecendo ao "dr. Armando Sampaio, Chefe do Gabinete do sr. Prefeito, por todas as providências administrativas para a rápida efetivação da doação". Ao "dr. Luiz Xavier da Costa, Engenheiro Chefe do CEMIT da Prefeitura Municipal, presteza na execução das obras da sepultura". Ao "dr. Geraldo Ferreira, Diretor do Hospital das Clínicas, pelas urgentes providências tomadas no atendimento à paciente". A investigadora Stela foi baleada na noite de 4 de novembro de 1969, durante a operação que resultou na morte de Carlos Marighella, principal líder da ALN. A história da ALN (processo na Auditoria Militar nº 207/69) entra na história de Mortati na medida em que o Molipo, grupo ao qual Mortati pertencia (processo na Auditoria Militar nº 100/72), era dela uma dissidência. E começou a tombar o Molipo diante dos organismos do regime militar a partir da morte de Marighella.

O caso Mortati começa assim pelo processo Molipo. Ao longo do processo, Mortati foi oficialmente reconhecido como morto e depois, também oficialmente, reconhecido como desaparecido. Tornou-se morto presumido até saber-se hoje que,

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDENCIA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEN POLITICA.

Ilmo. Sr.

Dr. BENEDITO NUNES DIAS

MD. Diretor do D.O.P.S.

NESTA

Em cumprimento à sua determinação em caminho a V.S. o expediente das despesas referentes ao sepultamento da Investigadora de Polícia Dna. STELA BORGES MORATO, classificada no Serviço Secreto deste Departamento e tombada heroicamente no cumprimento do dever à noite do dia 6 do corrente mês, em decorrência aos ferimentos recebidos no dia 4 do mesmo mês, quando participava de diligência policial à Alameda Casa Branca, com o objetivo de efetuar a prisão do líder terrorista Carlos Marighella.

Nesta oportunidade sugiro a essa digna Diretoria no sentido de informar às autoridades abaixo relacionadas que naquela hora dolorosa para todos nós, colaboraram de modo eficiente para facilitar os funerais da prenteadada e inesquecível funcionária.

1º) Dr. Paulo Salim Maluf, DD. Prefeito Municipal, por ter doado à Família a Quadra 19 - Terreno 17 do Cemitério Campo Grande em Santo Amaro, bem como isentando de todas as taxas funerárias de inumação;

2º) Dr. Armando Sampaio, Chefe do Gabinete do Sr. = Prefeito, por todas as providências administrativas para a rápida efetivação da doação;

3º) Dr. Luiz Xavier da Costa, Engenheiro Chefe do CEMIT da Prefeitura Municipal, pela presteza na execução = das obras da sepultura;

4º) Dr. Geraldo Ferreira, Diretor do Hospital das = Clínicas, pelas urgentes providências tomadas no atendimento à paciente;

5º) Dr. Waldomiro de Paula, Médico Chefe do Plantão do Hospital das Clínicas, pela assistência completa à paciente durante todo o tempo em que permaneceu internada naquele nosocômio;

6º) Dr. Arnaldo Siqueira, Diretor do Instituto Médico Legal, que determinou a imediata autópsia, visando a liberação do corpo;

7º) Dr. Antonio Valentini, Médico Legista, que reage segue às fls. 2=

S. G. - S.S.P. - Mod. 27

EPENDE

izou a
para o

lo do
dim AM
tuou S
óbito.

DESEPE



AGÊNCIA ESTÍMIO

conforme afirma Greenhalgh, está entre as ossadas encontradas no cemitério de Perus. Primeiro: no Inquérito Policial Militar nº 79/73, Aylton Adalberto Mortati não é indiciado porque é reconhecido como morto - extingue a morte a punibilidade. Foi essa a informação do Dops à Justiça - ou seja, a de que Mortati estava morto. Segundo: a 19 de outubro de 1973, o procurador militar em exercício, Dácio A. Gomes de Araújo, requer ao juiz auditor "...se digne mandar oficiar a autoridade policial competente para que envie a essa Justiça as certidões de óbito dos acusados Ayrton Adalberto Mor-

Homenagem póstuma

O velório da investigadora Stela Morato, organizado pela polícia com a pompa devida a alguém que "morreu heroicamente" em seu dever.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA

fls. 2

lizou a autópsia permitindo, dêsse modo, a remoção do corpo para o Palácio da Polícia;

8º) Sr. Achimenides G. Iordelo, Escrevente Autorizado do Cartório de Registro Civil do 20º Subdistrito do Jardim América que, em solidariedade à nossa dôr e causa, efetuou gratuitamente a lavratura de todos os assentamentos do óbito.

DESPESAS:

- 1-) Serviço Funerário do Município de São Paulo
Nota Fiscal 25.561 - NC\$.1.265,00
- 2-) Floricultura Pamplona - Nota Fiscal 2.975 -
- NC\$.450,00
- 3-) Floricultura Pamplona - Nota Fiscal 2.977 -
- NC\$.100,00
- 4-) Diário da Noite (Anúncios Fúnebres) - Nota Fiscal nº 5.374/11/69 - NC\$.526,40
- 5-) S/A O Estado de São Paulo (Anúncios Fúnebres)
Ticket Comprovante de Pagamento - NC\$.343,20
- 6-) Despesas Diversas - s/ comprovantes - NC\$.3,00

TOTAL DAS DESPESAS: NC\$.2.692,60 (dois mil, seiscentos e noventa e dois cruzeiros novos e sessenta centavos).

Reitero a V.S. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

ALCIDES CINTR
ALCIDES CINTRA BUENO FILHO
DELEGADO ADJUNTO DE ORDEM POLITICA



COOPERAÇÃO

Em documento assinado pelo então diretor do Dops, Alcides Cintra Bueno Filho, a polícia agradece aos que ajudaram a facilitar os funerais da investigadora do departamento secreto Stela Morato, morta na ação policial em que Marighella morreu, em 1969. Encabeçando a lista dos agradecidos, está Paulo Maluf (acima), então prefeito de São Paulo. Maluf doou à família da investigadora o terreno no qual ela foi enterrada e isentou seus familiares das demais despesas. No mesmo documento, a polícia agradece também Geraldo Ferreira, na época o diretor do Hospital das Clínicas, pelas providências

tati, Marcio Beck Machado...". Terceiro: o juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães pede ao diretor do Dops em São Paulo "...providências... de serem remetidas a esse juízo... certidões de óbitos dos acusados Ayrton Adalberto Mortati, Marcio Beck Machado... referidos como mortos no relatório do inquérito 79/73...". Quarto: o então delegado de polícia adjunto, Edsel Magnotti, informa ao juiz auditor: "...que por lamentável engano... incluímos Ayrton Adalberto Mortati, Marcio Beck Machado... como falecidos, quando na realidade o paradeiro deles é desconhecido...".

Lápide

Para a investigadora, enterro bem diferente daquele reservado para alguns dos adversários políticos do regime militar



MM. Dr. Juiz Auditor.

Alegações finais, em separado.

Requeiro, tendo em vista o relatório do inquérito nº 79/73 do DEOPS recentemente aforado a esta Auditoria se digne mandar oficial a autoridade policial competente para que envie a esta Justiça as certidões de óbito dos acusados - AYRTON ADALBERTO MORTATI, MARCIO BECK MACHADO e VENANCIO DIAS DA COSTA, ali referidos como mortos

Outrossim, tendo em vista que o acusado ANTONIO CARLOS NOGUEIRA CABRAL é dado como morto na denúncia oferecida na lla. CJM (fls. 2071), requeiro informações a respeito do DEOPS como também se as solicite daquela Auditoria.

São Paulo, 19 outubro 1973.

DACIO A GOMES DE ARAUJO
Procurador Militar,
em exercício.

Resumindo: o procurador militar Dácio dá Gomes de Araújo pede ao juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães informações sobre o óbito de Mortati. O juiz auditor pede então a mesma informação de Mortati ao Dops, que declarara anteriormente que Mortati estava morto. Finalmente, o Dops, na pessoa do delegado Edsel Magnotti, informa que houvera um engano, Mortati não estava morto, tinha sim o paradeiro desconhecido. "O delegado Magnotti sabia que Mortati estava morto", diz Greenhalgh. "Sabia e ocultou a morte, cabe a sua responsabilização."

O caso Mortati guarda outros fatos. O então advogado de Carmen, mãe de Mortati, Virgílio Agydio Lopes Enei, foi preso pelo DOI-Codi sob acusação de que tentara roubar peças do processo - essa peça pode ser a certidão de óbito, o que pressupõe que a polícia sabia que Mortati estava morto mas o dava como desaparecido. Para saber do filho, Carmen foi ao promotor Durval Moura de Araújo, que lhe disse que Mortati estava morto e havia encaminhado a certi-

PRIMEIRO ATO

O Procurador Militar pede ao Juiz Auditor o atestado de óbito de Mortati, uma vez que ele fora declarado morto no inquérito e, assim, com a punibilidade extinta não poderia ir a julgamento. Um pedido que confundiria o Dops e o colocaria num impasse: o de reconhecer ou não a morte do preso político

Dura como a vida

A mãe de Mortati fala à Istoé Senhor

A vida foi dura comigo mas eu consigo ser mais dura do que a vida. Minhas duas filhas mais velhas morreram pequenas, meu marido alguns anos depois, e eu fiquei só com meu único filho homem, o Aylton Adalberto Mortati. Quando ele entrou na Universidade Mackenzie para cursar Direito nós nos mudamos de Catanduva para São Paulo. Nós morávamos no bairro do Paraíso. Numa noite de outubro de 1968, o Aylton saiu para ir à faculdade e não voltou mais. Nos dias seguintes procurei os amigos dele mas ninguém sabia informar nada. Cinco dias depois eu recebi a visita de dois policiais do Dops, o delegado Sérgio Paranhos Fleury e mais um policial. Entraram na minha casa pela porta dos fundos, sem tocar a campainha. Perguntaram pelo meu filho, revistaram a casa toda. Fleury encostou uma metralhadora

nas costas de minha irmã, Olga, perguntando onde o Aylton estava. Fleury e seu companheiro bateram no meu sobrinho, Antônio, de 12 anos. Foram embora e levaram as fotografias que o Aylton tinha feito para a formatura. Do lado de fora deixaram policiais que passaram a fazer parte da vida da gente.

Poucos dias depois, dez homens à paisana, calçando botas e empunhando metralhadoras e revólveres invadiram a minha casa. Mexeram em tudo, não ficou nada no lugar. Fui obrigada a ir com eles. Só então eu soube que eles eram da Aeronáutica. Fui levada com mais duas pessoas. Fomos interrogados separadamente. As perguntas eram as mesmas: onde estava o meu filho, que eu tinha de dizer com quem andava e o que fazia. Eu respondia: só sei que saiu para a faculdade e não vol-

tou mais, e sempre foi um excelente filho.

No final do interrogatório, um homem se apresentou como capitão Primo e disse que meu filho era um terrorista e que ele havia seqüestrado um avião para ir para Cuba, de onde só voltaria em dois anos. Esse capitão Primo me ofereceu apoio e prometeu ajudar o Aylton quando ele aparecesse. Em troca, eu deveria cooperar, dar qualquer informação que obtivesse. Eu levei bilhetes para eles, bilhetes que eram assinados com x negro. Esses bilhetes diziam que meu filho logo seria morto. Minha vida transformou-se num inferno. Era gente no telhado, no quintal, no vizinho. Eu era seguida no supermercado. Passou um ano e eu recebi uma carta do Aylton. Ele dizia que estava bem, pedia para que me orgulhasse dele. Eu escondi a carta dentro de uma lata de mantimentos. Nunca revistaram essa lata mas a carta se queimou. Por duas vezes conseguiram pôr fogo na minha casa. Num dos incêndios a despensa e o piano de meu filho foram des-

dão de óbito ao Dops. Araújo deu a Carmen uma carta endereçada ao diretor do Dops Alcides Cintra Bueno Filho - o mesmo que assinou os agradecimentos a Maluf quando da morte da investigadora Stela. Bueno Filho não recebeu Carmen, que voltou então ao promotor Araújo. O promotor afirmou então que iria pessoalmente falar com Bueno Filho. No dia seguinte, o promotor Araújo foi transferido para o Rio de Janeiro. No livro de registros do IML de São Paulo, ao lado da fotografia do estudante carioca Flávio de Carvalho Molina, outro corpo de Perus (*Istoé Senhor* 1096), existe uma fotografia arrancada, segundo familiares de desaparecidos políticos e também de acordo com Greenhalgh. Acreditam esses familiares que a fotografia arrancada pode ser a de Mortati, já que era preciso esconder o seu óbito, reconhecido e depois negado. A hipótese de que a fotografia seja de Mortati baseia-se na proximidade de datas das mortes de ambos: primeira semana de novembro de 1971.

Para Gilberto Molina, irmão de Flávio ▶▶

SEGUNDO E TERCEIRO ATOS
O Juiz Auditor
requer do Dops a certidão
de óbito de Mortati,
acatando o pedido do Procurador
Militar. O Dops, para não
reconhecer a morte
de Mortati, informa então
que ele tem
o paradeiro desconhecido
e só foi declarado
como morto devido à
ocorrência de um
"lamentável engano"



LUCIANA DE FRANCESCO

truídos. Também tentaram me atropelar. Eu sabia que enquanto tivesse policiais na porta de minha casa era porque meu filho estava vivo. Em novembro de 1971 um telefonema anônimo mandou que eu o procurasse no DOI-Codi. Fui. Disseram que meu filho não estava lá. Eu insisti e fui ameaçada de prisão. O mesmo se deu no Dops. Procurei então o promotor Durval Moura de Araújo, da 2ª Auditoria Militar. Ele disse que meu filho estava morto e que acabara de enviar a certidão de óbito ao Dops. Ele escreveu uma carta para que eu a levasse ao diretor do Dops, Alcides Cintra Bueno Filho. A carta pedia que ele me entregasse a certidão de óbito. Não fui recebida, voltei ao promotor, que disse que tomaria pessoalmente as providências. No dia seguinte o promotor foi transferido para

Carmen Martins

A confirmação da morte do filho chegou num anel de safira ladeado por dois brilhantes

o Rio de Janeiro. Procurei aí o comandante do DOI-Codi, o major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Ele me ameaçou com prisão.

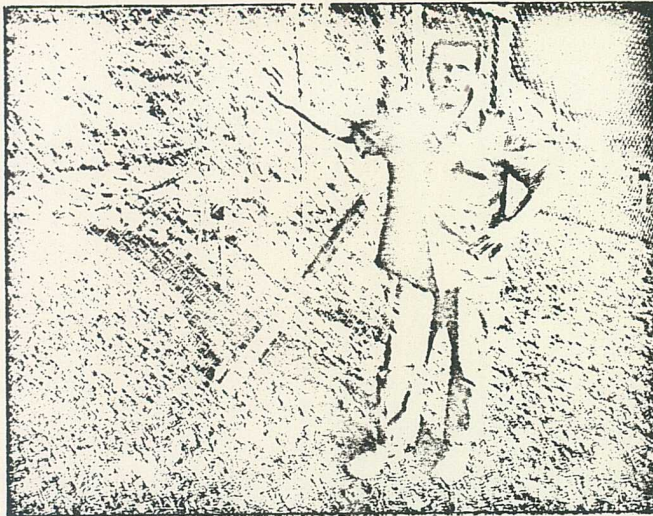
Depois de um mês, eu descobri uma mancha um pequeno embrulho debaixo da minha porta. Abri o pacotinho. Nele estava um anel de ouro com uma safira ladeada por dois pequenos brilhantes. Era o anel que meu filho usava desde os 18 anos, quando se formara no conservatório. Eu sempre achava que ele ia voltar. Quando recebi o anel imaginei que estava morto. Não sei, mas de novo, pouco tempo depois, voltei a ter esperanças. É muito difícil se convencer da morte de um filho sem ter provas de que de fato ela aconteceu. Hoje já não tenho mais nenhuma esperança mas ainda não posso descansar. Eu quero saber o que houve com meu filho, quero o atestado de óbito, porque meu filho existiu, e quero o corpo dele para enterrar num túmulo decente. Ele era gente, não pode estar enterrado como cachorro.

Protocolo 100/72
 Do Dr Juiz Auditor
 Ao Sr Dr Diretor do DOPS
 CAPITAL.
 Solicito as providências de V S no sentido de serem remetidas a este Juízo, com a possível urgência, certidões de óbitos dos acusados AYRTON ADALBERTO MORTATI, MARCIO BECK MACHADO e VENANCIO DIAS DA COSTA, referidos como mortos no relatório de inquirição nr 79/73-DOPS, recentemente aforado a esta Auditoria.

DR NELSON DA SILVA MACHADO GUILLARÉS
 JUIZ AUDITOR

Em atenção ao of.2166, relativo ao proc.100/72 = cumpre-me informar a V.Excia. que por lamentável engano de pesquisa, colocamos no relatório do inq.79/73, que originou o processo supra citado, incluímos AYRTON ADALBERTO MORTATI, MARCIO BECK MACHADO e VENANCIO DIAS DA COSTA, os que falecidos, quando na realidade o paradeiro deles é desconhecido, uma vez que se encontram foragidos, motivo pelo qual estou anexando ao presente suas qualificações indízetar para o respectivo processo.

Respeitosamente,
 2.ª Auditoria da 2.ª C.J.M.
 Bde. Éisel Magnotti
 Delegado de Polícia Adjunto.
 Protocolo N.º 2459/517



LUCIANA DE FRANCESCO

DEPOIMENTO
O cozeiro Pereira
(ao lado) lembra
que só o caixão de
Silva tinha nome

de Carvalho Molina, "é preciso identificar os responsáveis pelas mortes, todos que tiveram ação direta". Para isso, ele afirma ser necessário entrar com uma ação de responsabilização contra a União e a identificação do corpo de Flávio será uma prova a mais. A rigor, o início de responsabilizações pode se iniciar na segunda-feira, 8, com a aprovação do requerimento de Greenhalgh e do

deputado federal Sigmaringa Seixas encaminhado à mesa da Câmara, em Brasília, pedindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a questão dos desaparecidos políticos. Na CPI, Greenhalgh chamará a depor o delegado Edsel Magnotti e o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o DOI-Codi de São Paulo. Depois da transferência do promotor

Araújo para o Rio de Janeiro, Carmen chegou a conversar com Ustra para saber de seu filho. Ustra a ameaçou de prisão. Deve, assim, a CPI se reunir para averiguar o destino dos chamados desaparecidos. "O que poderia ser uma operação de rotina em qualquer cemitério tomou contornos de escândalo diante da possibilidade de muitas daquelas ossadas pertencerem a integrantes de organizações políticas eliminados pelo regime implantado no País em 1964 e que foram considerados oficialmente desaparecidos", diz o requerimento da CPI.

Em São Paulo, Greenhalgh também já encaminhou à Com-

missão Especial da Câmara ofício para que seja ouvido o policial militar reformado e hoje taxista na região do ABC, em São Paulo, Miguel Fernandes Zaninello - que foi declarante de diversos óbitos de pessoas enterradas em Perus. Entre as razões que levaram ao pedido para que Zaninello seja ouvido, o ofício cita a revista *Istoé Senhor* (edição 1096). "A Comissão Especial

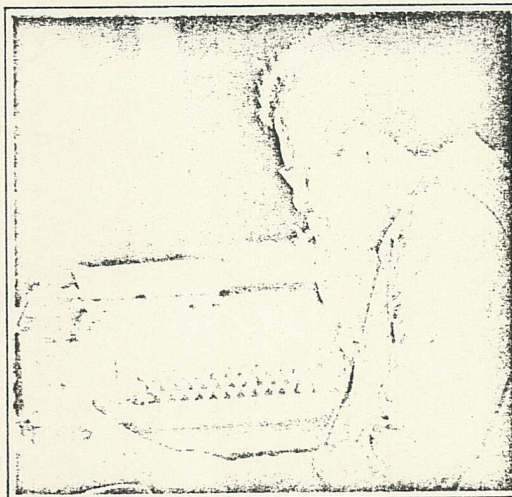
Defesa cerceada

O advogado de Mortati conta a sua prisão

Fui preso 11 vezes durante a ditadura militar. É que além de ser comunista, advogava em favor de vários comunistas e opositores do governo militar, entre eles Luiz Carlos Prestes, José Genoíno, Altino Dantas, Eliana Tadei Belini. Quando Carmen Sobrinho Martins, mãe de Aylton Adalberto Mortati, notou o desaparecimento do filho, me procurou para que eu a auxiliasse em sua busca. Mais tarde, quando Mortati foi processado por vários crimes de atos terroristas, encarreguei-me de sua defesa. Eu tinha depoimentos de pelo menos seis clientes meus que tinham visto o Mortati entre o Dops e a DOI-Codi. Por esses relatos eu sabia que ele tinha sido muito torturado e não conseguiu resistir um mês inteiro.

Eles torturavam todo mundo. Uma vez eu estava defendendo um cliente no Dops e

não dormia há várias noites. Acabei dormindo num banco do Dops. Um dos policiais quando me viu dormindo começou a gritar que o Dops não era mais o mesmo, que lá era lugar para prender e bater, não para dormir. Eu até vi um cliente meu do Paraná, Reinoldo Arten, apanhando do delegado Sérgio Paranhos Fleury no Dops. Eles negaram que tivessem assassi-



F. EMILION KOHN NETO

Virgílio Enei

Preso porque tentou resgatar o atestado de óbito desaparecido

nado o Mortati. Mas eu cheguei a ver o atestado de óbito dele na Auditoria Militar. Peguei o atestado, escondi nas minhas coisas e sai. Já ia andando pela rua quando um sargento conhecido como sargento Roberto, um homem de 2 metros de altura, me tomou na marra o papel e fui preso.

Respondi processo no Dops, mas depois o processo foi arquivado. Eles não tinham prova de nada. Eles diziam que aquele atestado de óbito fora um engano. Cerca de dois anos depois da morte de Mortati eu fiz a defesa dele e de mais uns 20 membros da ALN. Mas fiz as defesas separadas, caso a caso. Comecei a defesa de Mortati dizendo que defendia um fantasma, porque vivo ele não estava. Contei a história da certidão de óbito que eu peguei e que me foi tomada na rua. Disse também que não havia prova nenhuma dos fatos dos quais ele era incriminado. Eu disse que, naquela época, para estar morto bastava estar vivo e terminei pedindo que Deus abençoasse a todos, mortos e vivos, que de uma hora para outra poderiam estar mortos. Além do juiz, Nelson Pereira Guimarães, havia mais quatro auditores militares. Eles fizeram a votação e então o juiz disse que não poderia condenar Mortati dada a suspeita de que ele estivesse morto. Acho que agora o mistério pode ser resolvido. Tenho certeza. Ele morreu por não resistir às torturas, como tantos outros, e está enterrado na vala clandestina de Perus.

XEROX INFIEL
Carlos Danielli, do FC do B,
teve anotada em seu óbito
a profissão de terrorista.
Na cópia da certidão, a
profissão está em branco

precisa ouvir o declarante Zaninello", diz Greenhalgh. "Assim como eu chamarei à CPI, em Brasília, o delegado Edsel Magnotti e o major Carlos Alberto Brilhante Ustra."

Na verdade, Ustra, pelo depoimento de Carmen, e Magnotti, por documento assinado ao juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães, passam pela história de Mortati. Quanto a Zaninello, que também a partir de segunda-feira, 8, será convocado pela Comissão Especial da Câmara de São Paulo, tem seu nome como declarante de óbito ligado a pessoas que foram enterradas em Perus. Um policial militar chamado Miguel passa pela história do enterro de Grey-naldo Jesus da Silva, morto pela polícia em maio de 1972, quando tentava seqüestrar um avião no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. É o policial militar Miguel que o pedreiro e coveiro do cemitério de Perus, Nelson Pereira, diz ter conhecido como um

Certidão de Óbito

Livro 172 - Folha 116 -

CERTIFICO que, no livro competente de Óbitos, deste cartório, foi lavrado o assento de

o assento de: "**CARLOS NICOLAU DANIELLI**" -

faleda e no dia 30 de dezembro de 1972, à v. Assento de Livro 1800

do sexo masculino de cor branca, profissão terrorista -

natural de Rio de Janeiro -

residente temporária -

com 43 anos - de idade, estado civil desquitado -

filh. de Pascoal Epídio Danielli e Virgínia da Silva Chaves.

Certidão de Óbito

Folhas - 116 - Número - 192692 -

CERTIFICO que, no livro competente de Óbitos, deste cartório, foi lavrado o assento de

- **CARLOS NICOLAU DANIELLI** -

faleda e no dia 30 de dezembro de 1972,

do sexo masculino - de cor branca - profissão -

natural de Rio de Janeiro -

residente -

com 43 anos - de idade, estado civil desquitado -

filh. de Pascoal Epídio Danielli e de Virgínia da Silva Chaves.

Terminados as demais declarações -

NO 210 TABELAMENTO R. Xavier de Toledo, 44 Sobrelajeira

Cemitério de Perus, 1979

Nele estava enterrado Antônio Benettazzo

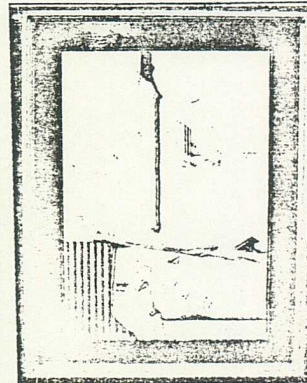
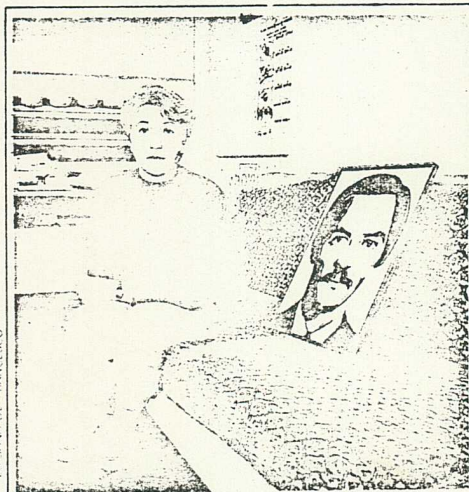
A história da repressão política instaurada no Brasil com o regime militar de 1964 e a do cemitério de Perus não começam a se cruzar agora com a descoberta de cerca de 1.500 ossadas enterradas numa vala comum. Em 1979, ao retornar ao Brasil pela lei da anistia, Maria Aparecida Antunes Horta soube por intermédio do Comitê Brasileiro de Anistia, o CBA, que seu marido Antônio Benettazzo estava enterrado em Perus. Italiano de Verona, filho de pai operário, Benettazzo chegou ao Brasil aos nove anos de idade e morreu aos 31 anos, em 1972. Segundo a versão oficial, jogou-se ele sob um caminhão na avenida João Boemer, no bairro do Brás, em São Paulo, quando fora levado pela polícia para encontrar companheiros da organização na qual militava, o Movimento de Libertação Popular

(Molipo), uma dissidência da Ação Libertadora Nacional, a ALN. "Ele morreu sob tortura", diz Maria Aparecida. "Eu soube que muita gente perguntou pelo acidente na avenida João Boemer e ninguém tinha visto absolutamente nada."

O corpo de Benettazzo, que cursou Arquitetura e Filosofia na Universidade de São Paulo, a USP, foi então enterrado no

cemitério de Perus. Segundo Maria Aparecida, a procura "foi extremamente angustiante". Os coveiros procuravam localizar por intermédio da contagem de passos a cova na qual Benettazzo poderia estar enterrado. "Muitas vezes eles divergiam", diz ela. "Era tudo muito triste, muito difícil." Dificuldade, também, ocorreu para a identificação das ossadas depois de encontradas. "Havia dentes soltos pela terra", diz Maria Aparecida.

Segundo Maria Aparecida, embora tenham existido obstáculos que o CBA teve de enfrentar para a localização do corpo de Benettazzo, houve no caso uma dificuldade menor - estava ele enterrado com seu nome verdadeiro. Cruzam-se assim de longo tempo a história da repressão política e a do cemitério de Perus. E cruzam-se também as histórias de Benettazzo, que terá alguns dos quadros que pintou expostos em São Paulo, provavelmente até o final deste ano, e a história de novos desaparecidos que se começa a descobrir no cemitério de Perus.



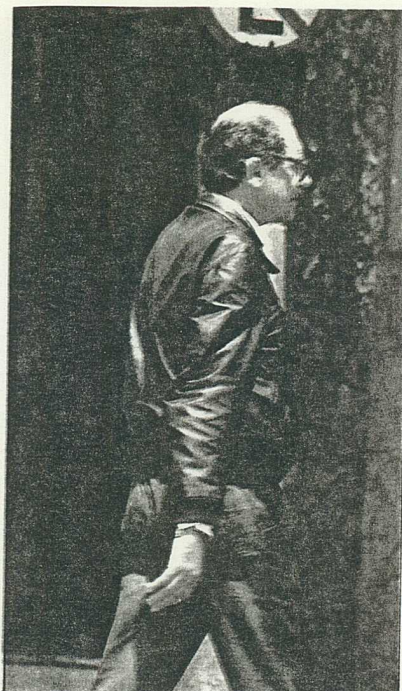
Imagens

Maria Aparecida e um dos quadros de Benettazzo (acima): memória viva

Miguel Zaninello

Policial que levava corpos a Perus é hoje taxista na região do ABC, em São Paulo

homem que transportava corpos, o mesmo policial militar Miguel Fernandes Zaninello que declarou óbitos? Isso a Comissão da Câmara deverá apurar. Segundo Pereira, Silva foi o único morto que chegou a Perus levado por Zaninello com o nome no caixão. Miguel Fernandes Zaninello tem seu nome como declarante de diversos óbitos – nos quais os corpos foram enterrados em Perus. É o caso de Carlos Nicolau Danielli, que militava no Partido Comunista do Brasil, o PC do B, morto em São Paulo aos 43 anos em 1972. A certidão de óbito de Danielli guarda uma singularidade. Em uma de suas primeiras cópias, Danielli é classificado no item profissão como *terrorista*. Nessa certidão, Zaninello declara ser seu endereço à rua Teodoro Sampaio, 151 - o endereço do IML paulista. Em outra cópia da certidão de óbito, com os mesmos caracteres de livro (172), folha (116) e número (192692), a profissão de Danielli está em



GIACINTA MAGNOLI

branco e não se registra o seu endereço. Foi também Zaninello o declarante de óbito de Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter, cuja morte aconteceu em São Paulo em abril de 1972 – também um corpo de Perus. O delegado Alcides Cintra Bueno Filho, que assinou os agradecimentos a Maluf pela concessão de um terreno à família da investigadora Stela e se recusou a receber a mãe de Mortati, em documento encaminhado a Fábio Pereira Bueno, então diretor do Departamento de Cemitérios em maio de 1972, escreve: “Esta Delegacia Especializada de Ordem Política, com a aquiescência dos Órgãos de Segurança, autoriza a exumação e transporte do corpo de Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter, do Cemitério desta Capital (Cemitério de Perus), para o jazigo da família.”

Existe ainda outro indicio de que Mortati realmente morrera e não era um desaparecido político na própria exposição de motivos do juiz de Direito Francisco Roberto Aguiar Bevilacqua, da Justiça paulista, para consentir no pedido de presunção de óbito da família. Escreve o juiz em 1981:

“... Assim é que, em novembro, mais precisamente em seus primeiros dias, a casa em que, juntamente com Maria Augusta e José Arantes, ocupava foi vasculhada, tendo ali jazido o último nomeado. Aylton, a partir dessa data, não mais foi visto, nem compareceu aos pontos-de-encontro, supondo-se que também tivesse morrido, tanto que, sintomaticamente, não



GERARDO BUSTOS

Provas

O vice-prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh, diz que o documento de Bueno Filho mostra que o Dops sabia de Perus

se interrogavam seus comparsas sobre seu paradeiro. Assim sendo, havendo elementos indiciários para a presunção de morte do desaparecido, declaro a ausência de Aylton Adalberto Mortati.” A pessoa de nome Maria Augusta, citada pelo juiz, é Maria Augusta Thomaz, morta em Goiás e nesse Estado enterrada clandestinamente na Fazenda Rio Verde. Seu corpo foi encontrado junto ao de Marcio Beck Machado, o mesmo que o delegado Edsel Magnotti declarou ao juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães, em 23 de novembro de 1973, ter paradeiro desconhecido e cujo reconhecimento do óbito pela polícia não passava de um “lamentável engano”. O mesmo “lamentável engano” atribuído, também, por Magnotti, para o reconhecimento da morte de Aylton Adalberto Mortati.

Delega. Especial. Ordem Pol. 116 - 4º andar

São Paulo, 17 de maio de 1972.

301/72

Ilmo. Sr.
Dr. PAULO PERRERA BUENO
M.D. Diretor do Departamento de Cemitérios
Heato

Esta Delegacia Especializada de Ordem Política, com a aquiescência dos Órgãos de Segurança, autoriza a exumação e transporte do corpo de RUI OSWALDO AGUIAR PFITZENREUTER, do Cemitério desta Capital (Cemitério de Perus), para o Cemitério Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, onde será sepultado no jazigo da família.

Reitera à Vossa Senhoria, os protestos de distinta consideração e alto apreço.

O DELEGADO TITULAR DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA,

Alcides Cintra Bueno Filho

20.º OFÍCIO DE NOTAS
ANTO PATRONATO FEDERAL
Rua Libero Baduró, 655 - S.º PAULISTA
Recont. de...

Cemitério de Perus
São Adalberto Mortati
Autorizado o exumação